

INFORMAÇÕES SOBRE O TEXTO

Tipo

Artigo. 2002. 21 pp.

Título:

As condições históricas da emergência da “economia solidária” no Brasil: as tendências estruturais do mercado de trabalho

Autor:

Antônio Cruz

Resumo:

Análise das transformações do mundo do trabalho sob o capitalismo tardio, como condicionante da re-emergência da economia solidária a partir dos anos 90 do século XX, no Brasil. O texto aborda também a forma de envolvimento dos principais atores sociais no processo de gênese da economia solidária e faz a crítica de concepções céticas e infundadas sobre os desdobramentos da economia solidária.

Referência original:

CRUZ, Antonio. As condições históricas da emergência da “economia solidária” no Brasil: as tendências estruturais do mercado de trabalho. Campinas: arquivo eletrônico, 2002. 21 pp. Disponível em: <<http://www.ucpel.tche.br/nesic>>.

AS CONDIÇÕES HISTÓRICAS DA EMERGÊNCIA DA “ECONOMIA SOLIDÁRIA” NO BRASIL: AS TENDÊNCIAS ESTRUTURAIS DO MERCADO DE TRABALHO*

Antônio Cruz**

A chamada “economia solidária”

Há alguns anos, um grupo cada vez maior de cientistas sociais vem pesquisando o que se convencionou chamar no meio acadêmico – de depois entre os próprios atores sociais – de “economia solidária”. Embora alguns autores mais reconhecidos no tema, entre eles os economistas Paul Singer e Marcos Arruda, procurem buscar definições mais delimitadas para o tema, o fato é que a polêmica gerada em torno desse objeto e a incipiência das pesquisas tem tornado esta discussão um tanto quanto confusa.

Os elementos de definição que podem ser indicados como “consensuais” entre os estudiosos, dizem respeito (1) ao caráter coletivo dessas experiências (não são portanto, formas de produção e consumo individuais, típicas da “economia informal” em seu sentido estrito), (2) à generalização de relações de trabalho não assalariadas e, finalmente, (3) ao exercício do controle coletivo do empreendimento (de suas informações, fluxos, rendimentos etc.). Isto deixa de fora, de antemão, determinados tipos de cooperativas que poderiam ser confundidas com “iniciativas de economia solidária”, mas que não se reivindicam como tal e nem são assim consideradas, nem pelos estudiosos, nem pelos atores sociais: (a) as cooperativas tradicionais, com ampla utilização do trabalho assalariado e (b) as cooperativas de fachada, formações empresariais oriundas, de modo geral, do esforço de terceirização de

* Este artigo foi produzido como trabalho de conclusão da disciplina “Economia do Trabalho” do Doutorado em Economia Aplicada da Unicamp, 2001/II, ministrada sob a responsabilidade dos Prof.s Dr. Jorge Mattoso e Dr. Jorge Tapia. Os tópicos do programa escolhidos como base do presente trabalho são “Acumulação e Emprego” (Parte 1 – 1) e “Crise, Globalização Financeira e Desordem do Trabalho” (Parte 2 – 1).

** Antônio Carlos Martins da Cruz – RA 007197.

empresas “tradicionais”¹ ou gestores públicos, cujo objetivo é driblar a legislação – cada vez mais escassa – que protege os direitos dos trabalhadores em relação ao capital.

De outro lado, tentar produzir uma tipologia dessas iniciativas, aqui, significaria correr o risco de tentar superar em poucas linhas uma polêmica, mal resolvida ainda, depois de anos de debate. Por outro lado, talvez seja importante exemplificarmos aquilo de que estamos tratando, antes de enfrentar o objetivo de nosso texto, expresso em seu título.

Como uma ressalva preliminar, convém ressaltar que mais adiante apresentaremos alguns elementos teóricos que buscarão diferenciar historicamente a “economia solidária”, tal qual ela aparece na América Latina e em outras partes da “periferia mundial”, de experiências econômicas associativistas anteriores, historicamente reconhecidas, tal qual o cooperativismo clássico europeu, as empresas autogeridas de alguns países do “Leste” ou mesmo as “empresas sociais”, que se multiplicaram nos últimos anos em toda Europa ocidental, numa nova onda “autogestionária”.

Assim, no Brasil, podemos exemplificar como “economia solidária” as cooperativas fundamentadas na gestão igualitária do empreendimento, como dos assentamentos ligados do Movimento Sem-Terra, que se associam na Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil (CONCRAB). Da mesma forma, as empresas autogeridas que se articulam em torno da Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária (ANTEAG), que somam 265 empreendimentos, com 35 mil trabalhadores, em 15 estados do Brasil. O mesmo vale para a recém fundada Central das Cooperativas Populares do Rio Grande do Sul – 134 cooperativas, representando cerca de 10.000 trabalhadores (segundo sua direção), fundada como clara antagonista política da Organização das Cooperativas do Rio Grande do Sul, filiada ao sistema oficial OCB – Organização das Cooperativas Brasileiras, de extração tradicional. Dessa leva, ainda, podem ser citadas cerca de 100 cooperativas populares – com cerca de 4.000

¹ Utilizaremos a denominação de “empresas tradicionais” em distinção às da economia solidária, ou seja, aquelas em que prevalecem as formas de relação assalariadas, individuais ou patriarcais de trabalho.

trabalhadores – atendidas pela Rede de Incubadoras Universitárias de Cooperativas Populares, da Fundação Unitrabalho.

A própria OCB informa a existência de 6.000 cooperativas filiadas a ela (haveriam 16.000 registros de CNPJ específicos de cooperativas) agregando “uma teia de 6 milhões de pessoas no Brasil”². Estimando que apenas 10% desses empreendimentos preservem as características antes citadas como “economia solidária” e que a média de cooperados seja calculada em torno 100 trabalhadores (as) por empreendimento³, teríamos aí cerca de mais 120.000 pessoas organizadas em iniciativas de economia solidária.

O fato é que a existência de um conceito consolidado e, portanto, de pesquisas mais apuradas sobre o tema dificultam uma mensuração precisa do fenômeno. Além do que, é muito importante perceber que muitas iniciativas que poderiam ser consideradas dentro do conceito, são empresas juridicamente “tradicionais”: micro e pequenas empresas constituídas por uma dúzia de sócios que tocam em conjunto seu negócio. Há ainda um conjunto importante de “produtores associados” que não se constituem como “instituição econômica”, mas apenas como associação civil, embora desempenhem atividades econômicas em forma associativa, sobretudo em áreas de extração natural (pescadores, seringueiros, coletores de babaçu ou cacau etc.), e que embora socialmente significativos, representam – de fato – um número pequeno de trabalhadores em relação à PEA e ao movimento geral da economia.

Outras iniciativas – clubes de trocas, empresas capitalistas “autogeridas”, associações de comercialização ou até mesmo cooperativas de consumo organizadas democraticamente – são muitas vezes compreendidas como “economia solidária”, mas nem sempre, o que alimenta a polêmica sobre o conceito. Na divergência, procuramos “depurar” o conceito a partir dos consensos aparentemente construídos até aqui.

² Fonte: site da OCB – www.ocb.org.br.

³ A legislação em vigor no Brasil estabelece em 20 (vinte) associados o número mínimo para registro de uma cooperativa. As cooperativas filiadas a Anteag têm em média 200 associados e as cooperativas do MST cerca de 100 associados. Muitas cooperativas agrícolas têm milhares de associados, mas normalmente suas estruturas não estão dentro dos critérios sugeridos como “economia solidária”.

De qualquer forma, se quisermos estimar o “tamanho” da economia solidária, vale o seguinte exercício, ainda que muito longe de uma consistência estatística precisa:

Entidade ou tipo de empreendimento	Nº estimado de trabalhadores (as) em “economia solidária”
Concrab – assentamentos MST.....	120.000
Outros assentamentos.....	20.000
Anteag – empresas autogestionárias.....	35.000
Unitrabalho – cooperativas incubadas.....	4.000
Sistema OCB – 20% dos empreend. X 100 trabs....	120.000
Sub-total	299.000
Outras iniciativas não catalogadas (+50%).....	149.500
TOTAL	448500

Fonte: entidades pesquisadas – Concrab, Anteag, Unitrabalho, OCB.

Ainda – e apenas – como exercício especulativo, se estimarmos a PEA no Brasil em cerca de 80 milhões de pessoas (guardando a proporção estimada entre população e PEA de regiões metropolitanas estudadas pelo DIEESE), se considerarmos o índice de desemprego médio de 17,3% em 2001, nas regiões estudadas, e se inadvertidamente estendermos este índice para a PEA nacional, teremos uma PEA ocupada de aproximadamente 66 milhões de pessoas.

Nesse caso, a economia solidária responderia por ínfimos 0,75% da PEA ocupada, organizada segundo seus princípios.

Entretanto, nesse mesmo caso, poderíamos considerar como algo desproporcional – despropositado até – a quantidade de iniciativas sociais e políticas em torno do tema, produzidas nos últimos anos. Vejamos.

- 1) O Programa Oportunidade Solidária, da recentemente criada Secretaria Municipal do Trabalho, Desenvolvimento e Solidariedade do Município de São Paulo, dirigida pelo economista e professor Márcio Pochmann, muito parecido com o já existente em Santo André, no grande ABC.
- 2) No Rio Grande do Sul, a Secretaria Estadual do Desenvolvimento possui uma “Coordenação de Economia Popular e Solidária” (Governo do Rio Grande do Sul: 1999), que tem um convênio amplo de parceria com a

Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas Autogestionárias (ANTEAG). Como já indicado, em setembro de 2000 foi fundada a Central das Cooperativas Populares do Rio Grande do Sul, desvinculada da tradicional Organização das Cooperativas do Estado do RS (OCERGS), reunindo 134 diferentes iniciativas, dos mais variados ramos de produção, serviços e consumo. O Orçamento Participativo de 2001 votou a economia solidária como a 2ª prioridade orçamentária para o ano de 2002, atrás apenas da educação.

- 3) Há três anos, a FINEP financiou um projeto inédito de extensão universitária, que culminou com a criação da Rede de Incubadoras Universitárias de Cooperativas Populares⁴, que por sua vez está ligada ao Grupo de Trabalho sobre Economia Solidária da Rede Unitrabalho, que articula pesquisadores de dezenas de universidades brasileiras⁵ (Guimarães: 2000).
- 4) Em 1999, a principal central sindical brasileira, a CUT, criou junto com o Dieese e a Fundação Unitrabalho a Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS-CUT), uma ONG coordenada por uma equipe em que figuram alguns dos principais dirigentes da CUT e que pretende fomentar e articular iniciativas de economia solidária através de programas integrados de formação profissional, incubação, crédito, redes de negócios e ações institucionais.
- 5) Além disso, a Cáritas do Brasil, vinculada à CNBB, tem desenvolvido projetos na área da economia solidária.
- 6) Há pouco, o Projeto Brasil-Empreendedor, articulado entre o Governo Federal e o SEBRAE definiu que sua Etapa III (2002) será destinado a dar suporte às cooperativas populares.

⁴ O projeto era da ordem de R\$ 1 milhão e 800 mil reais em dois anos e destinava-se a financiar projetos de incubação e pesquisa sobre cooperativas populares e economia solidária.

⁵ Entre as universidades que possuem incubadoras deste tipo duas das maiores universidades públicas brasileiras: a USP e a UFRJ, assim como a Unicamp prepara-se para “entrar no ramo”.

- 7) Uma das oficinas mais concorridas do Fórum Social Mundial de 2001, em Porto Alegre, era sobre o tema. E prevê-se que a participação será exponenciada na edição de 2002.

Enfim, além do espaço ser restrito, numerarmos a totalidade das parcerias e iniciativas não é o nosso fim. Mas queremos chamar atenção que, enquanto há um hiato entre a quantidade de ações propostas por agentes institucionais e a produção de um marco conceitual comum para a economia solidária, e em que pese sua pequena participação na PEA, multiplicam-se as iniciativas governamentais e de atores sociais reconhecidos (como a CUT e o MST, por exemplo) na área.

Apenas como ilustração, numa de nossas pesquisas (ainda em andamento), numa região que engloba quase metade de um dos estados em que a economia solidária ganhou o caráter de política pública de geração de emprego e renda, menos de 20% dos atores sociais que de alguma forma deveriam lidar com a economia solidária (órgãos de secretarias ligadas à área econômica, como agricultura ou desenvolvimento, instituições de pesquisa como a Embrapa e universidades, entidades sindicais ou empresariais, bancos estatais ou de crédito cooperativo, etc.) têm alguma definição de economia solidária, sendo que mais de 80% dos atores não soube expressar qualquer noção mais acabada. Ainda assim, foram apontadas 138 iniciativas econômicas que poderiam ter relação com a “economia solidária.”

Um objeto fantasma? Uma alucinação coletiva?

Se ignorarmos, aqui, a trajetória de crescimento das formas associativas de participação econômica nos países centrais nas três últimas décadas – notória sob todos os aspectos – e nos concentrarmos no fenômeno na América Latina apenas, poderíamos notar um crescimento constante do fenômeno, que é ao mesmo tempo econômico e social, com repercussões políticas que não são insignificantes.

Do ponto de vista dos atores políticos, o problema colocado é bem simples: como operar ações e/ou políticas de combate ao desemprego e à precarização do

trabalho sem dispor de mecanismos macroeconômicos para tanto. Ou ainda: como enfrentar a situação quando os mecanismos clássicos de gestão econômica pelo Estado são sufocados pelo ambiente globalizado das decisões econômicas “relevantes”?

Sindicatos, instituições e ONG’s preocupadas com o bem-estar social e governos comprometidos de fato com o combate ao desemprego, têm percebido na “economia solidária” uma possibilidade concreta de ação que resgate milhões de pessoas que viveram ou passaram a viver as últimas décadas sob o signo da pobreza ou da miséria.

Será esta uma “ilusão de esquerda”, tanto quanto a panacéia da privatização foi vendida pelos economistas neoliberais como uma solução trivial dos problemas da economia (uma “ilusão de direita”)?

O que chama a atenção é que as iniciativas de economia solidária não são – em que pese a posição afirmativa defendida por Paul Singer – empresas “socialistas” ou nem ao menos empresas “anticapitalistas”, quando isto se refere ao mercado tradicional. Todas essas empresas transacionam e buscam desesperadamente inserir-se no mercado capitalista, ainda que suas estruturas internas subvertam a forma tradicional de relação de trabalho sob quase todos os aspectos. Não há estudos sobre a longevidade das iniciativas, como há por exemplo em relação às pequenas e médias empresas. Tampouco não tem sido possível comprovar – do ponto de vista estrito da técnica administrativa – que as empresas autogestionárias ou cooperativas são intrinsecamente anticompetitivas, tanto para o “bem” (“elas não estão dispostas a competir no mercado capitalista”) quanto para o “mal” (“elas são tecnicamente incapazes de competir”).

Permanece, então, a pergunta: de onde se origina uma crença tão apegada, de tantos agentes sociais, a algo tão novo?

A gênese do fenômeno – a origem das iniciativas

Para compreendermos a trajetória desse fenômeno, antes ainda de nos debruçarmos sobre os componentes sócio-históricos de seu condicionamento, vale a pena perscrutar o caminho percorrido pelos agentes que articulam o movimento da economia solidária e as motivações de suas ações.

O primeiro deles, o Movimento Sem-Terra, decidiu em 1987 – ainda – orientar seus assentamentos à construção de cooperativas de produção. A análise do MST era simples: estando a política agrícola do Governo Federal, e as estruturas normais de comercialização, voltadas para os produtores de larga escala, as propriedades familiares que se originariam da reestruturação fundiária estariam fadadas ao insucesso econômico. Isto já era perceptível desde os primeiros assentamentos, mesmo porque esta situação já era dada para milhões de agricultores e pequenos produtores que ainda permaneciam no campo. Era necessário garantir aos assentados ganhos de produtividade e de escala a fim de permitir sua inserção no mercado e sua sobrevivência econômica e financeira.

“As cooperativas possibilitaram aos assentados o acesso ao capital constante, que é condição material para se produzir. Condição material para produção e industrialização do que antes era apenas para subsistência ou era comercializado por meio de atravessadores. Por meio das cooperativas pode-se planejar a produção. Pensar a produção para o autoconsumo, para o grande mercado, para industrialização e atendimento a mercados locais e regionais.” (Ferreira: 2000)

Já a ANTEAG surgiu da reunião de experiências isoladas em matéria de tempo e lugar, mas com muita semelhança em termos de acontecimentos era muito grande. Empresas que faliram em meio ao ajuste neoliberal e à desregulamentação comercial brasileira e cujos trabalhadores lutaram organizadamente para que os passivos trabalhistas fossem convertidos em capital de novas empresas, a partir da transferência da massa falida para as associações de trabalhadores ou para as cooperativas formadas pelos antigos funcionários. Este tipo de rearranjo atingiu mais de uma centena de fábrica ao longo dos anos 90 e continua acontecendo. Uma parte delas formou a Anteag, da qual participam hoje 265 empresas de propriedade coletiva e autogeridas. Sua experiência fundadora foi a Makerli, uma fábrica de

calçados de Franca (SP), cujo sindicato – filiado à CUT – resolveu lutar pelo patrimônio da empresa em nome dos trabalhadores. Uma equipe de técnicos da CUT e do DIEESE foram deslocados para acompanhar o reinício da produção. Desses técnicos e de alguns sindicalistas que acompanharam o processo, foi formada a diretoria técnica da ANTEAG, que continua operando a partir das decisões de sua assembléia de empresas e cooperativas autogeridas.

As primeiras Incubadoras Universitárias de Cooperativas Populares nasceram nas universidades federais do Rio de Janeiro e do Ceará, em 1996. Foram originadas dos Comitês de Defesa da Cidadania contra a Fome e a Miséria ("Campanha do Betinho") que funcionavam na UFRJ e na UFC. A ação dos comitês detonou um debate interno sobre o papel que as universidades podiam cumprir no combate à fome e à exclusão, para além da luta política e teórica sustentada por seus quadros docentes, mas cujo resultado dependia essencialmente da conquista do poder político. "O que fazer já?" – era o mote da discussão na UFRJ, por exemplo.

"Ao instituir um grupo de trabalho sobre metodologia de formação para trabalhadores e técnicos do terceiro grau (capazes de assessorar ou contribuir nessa produção), a rede universidade de incubadoras tecnológicas de cooperativas populares da Unitrabalho se insere em um debate de extrema importância, revelando uma universidade não enclausurada nos seus muros, mas vivenciando as grandes questões nacionais de forma participativa e ativa, sem perder contudo suas características de pesquisa, extensão e ensino e sem querer substituir os sindicatos na organização dos trabalhadores, nem substituir a educação formal de responsabilidade das escolas de primeiro, segundo e terceiro graus." (Guimarães: 2000)

No âmbito dos sindicatos, embora a Força Sindical venha se mostrando uma ácida combatente contra a economia solidária, a CUT vem direcionando uma parte importante de seus esforços, nos sindicatos de base, para ações que envolvem o tema. Seu deslizamento em direção à economia solidária originou-se, ao que parece, de três problemas que o "novo sindicalismo" precisou enfrentar nos últimos anos:

- a) como compensar a erosão da base sindical em virtude de desestruturação do mercado formal?
- b) como responder à sucessão interminável de falências industriais com o conseqüente desemprego de milhares de trabalhadores?
- c) como encaminhar de forma conseqüente os programas de qualificação profissional que a CUT assumiu junto ao FAT e ao Ministério do Trabalho, sem criar ilusões demasiadas nos trabalhadores que freqüentavam seus programas?

A resposta da CUT, objetivamente, foi o comprometimento da maior parte de seus principais dirigentes com a construção e a direção da ADS-CUT.

Por fim, as iniciativas governamentais são ainda mais emblemáticas. De modo geral, foram e são sustentadas por quadros políticos de esquerda – sindicalistas ou intelectuais – que viram com muita desconfiança o crescimento do tema da “economia solidária”, associado à precarização das relações de trabalho. De modo geral, o combate ideológico e político ao neoliberalismo criava, nas suas respectivas bases sociais, uma expectativa de ação em relação ao problema do desemprego e da fome. Entretanto – assim como as universidades – estados e municípios estão longe de deterem mecanismos de gestão econômica capazes de dar conta, minimamente que seja, de um problema tão complexo e tão profundo. Para além de políticas distributivas, cuja capacidade de realização se encontra cada vez mais estreita diante da crise fiscal do Estado e da centralização brutal do governo federal, o fomento a políticas de apoio às pequenas empresas e à economia solidária parecem ser alguns dos poucos instrumentos eficazes na geração de emprego e renda e de desconcentração da riqueza. Daí a profusão de programas e iniciativas – timidamente construídas e propagandeadas – de governos municipais e estaduais de esquerda em torno da “economia solidária”.

Enfim, o que pretendemos haver demonstrado é que a “economia solidária”, no Brasil dos anos 90, pode talvez guardar um parentesco remoto com o cooperativismo socialista do século XIX. Seus defensores e apoiadores estavam / estão muito mais próximos das críticas do “socialismo científico ao socialismo

utópico”, que das teses de Proudhon e Owen, para o quê continuam – não sem razão – a torcer a cara. De modo geral, suas críticas iniciais, severas e bem fundamentadas, acabaram sendo trituradas pela urgência do desemprego e da fome, e diante da impotência do exercício da mudança sem os mecanismos de poder necessários para tanto. A economia solidária não nasceu da idéia de seus técnicos e fomentadores, mas da premência direta da condição de vida dos trabalhadores do campo e da periferia das grandes cidades, que não esperaram a vitória das “próximas-próximas” eleições que trariam (trarão?) de volta (volta?) o Estado de Bem-Estar, nem a revolução socialista a produzir-se por uma classe operária em extinção.

As condições de emergência da economia solidária nos anos 90

Que diferença guarda os anos 90 em relação ao passado que poderiam tornar o surgimento da economia solidária um ato singular?

Toda. Em primeiro lugar, o ululante ajuste neoliberal e suas conseqüências mais que conhecidas. A redução da atividade produtiva, resultante da abertura indiscriminada do mercado interno à competição dos produtos do centro capitalista, a ausência de políticas compensatórias e de realocação do trabalho a fim de proteger o poder de compra dos desempregados ou mesmo dos assalariados das empresas atingidas pela concorrência, um conjunto de políticas sociais de combate ao desemprego focadas em elementos secundários da crise⁶, cujas eficácias foram postas em dúvida desde o começo e, por fim, finalmente desbaratadas diante dos resultados pífiros alcançados, cuja continuidade só é permitida em função da cortina de fumaça que produzem sobre a essência fundamental da política econômica dos últimos anos: a manutenção da estabilidade monetária através – entre outros mecanismos – da redução brutal dos gastos sociais.

⁶ Programas de qualificação profissional em meio a uma crise generalizada de escassez de postos de trabalho; programas de seguro desemprego cuja cobertura era destinada a trabalhadores com larga presença no mercado formal, quando a regra do mercado de trabalho é o intenso *turn over* nas empresas; programas de crédito para microempresas com as mesmas exigências do sistema bancário tradicional, em meio à concorrência leonina de produtos do centro capitalista, produzidos a partir de um avanço tecnológico substantivo; desmonte das instituições de pesquisa em ciência e tecnologia e privilegiamento da formação barata de mão-de-obra etc. etc. etc.

“Frente aos efeitos da valorização cambial sobre a elevação dos custos do trabalho, busca-se quaisquer formas de assegurar a competitividade internacional, mesmo que o *remédio* não corresponda à *doença*. Não sem razão acentuou-se a discussão sobre o custo do trabalho, sobretudo através do questionamento dos encargos (sociais e outros) incidentes sobre a folha de pagamento das empresas, sem que se avaliem os impactos negativos destas políticas no médio e longo prazo sobre a competitividade sistêmica e as condições do mercado de trabalho.” (Mattoso: 1996).

O resultado da combinação de políticas desreguladoras e ideologias de caráter liberal-ufanista, adotadas entusiasticamente pelo empresariado e por seus próceres governamentais, e diante da impotência política das organizações sindicais – acossadas pela desestruturação objetiva de suas bases sociais de mobilização –, foi a supressão dos elementos (poucos, aliás) jurídicos-formais de proteção ao trabalho.

As perdas salariais, a redução dos itens de negociação nos dissídios coletivos dos sindicatos, a terceirização de atividades-meio (generalizada nas grandes e médias empresas) e o aumento da rotatividade no emprego (Cruz: 2000) foram acompanhadas pelo aumento da concentração de renda, pela privatização igualmente generalizada das empresas estatais e pela ampliação do predomínio do capital oligopolista internacional sobre setores-chave da produção industrial brasileira; o que ocorreu a partir de então, também, nos setores terciários, notadamente no capital financeiro (bancos) e em serviços de infra-estrutura (telefonia e energia elétrica).

“Nos anos 90, ocorreu um expressivo crescimento das Fusões & Aquisições na economia brasileira. Após 1994, assiste-se a um aumento substancial das operações *transfronteiriças*, ou seja, da desnacionalização da propriedade e empresas locais, fenômeno associado à retomada do IDE⁷. (...) Fica patente pela caracterização do processo de F&A que houve uma desnacionalização expressiva da economia brasileira e que não ateu-se aos limites do setor privatizado, espraiando-se por uma ampla gama de segmentos produtivos. Tomando o caso das 100 maiores empresas como ilustração do ocorrido, percebe-se que houve um substancial crescimento da importância da empresa estrangeira com um recuo

⁷ IDE: investimento direto estrangeiro (nota: Antônio Cruz).

expressivo do setor estatal e também da grande empresa familiar.” (Carneiro: 2000).

Se do ponto de vista mais perceptível ao senso comum, este conjunto poderoso de mudanças conduziu à fragilização das condições de vida e de organização política das camadas mais pobres da população, um outro processo – menos visível – estendeu-se às empresas que sobreviveram no mercado. O acirramento da concorrência levou à reestruturação de todas as iniciativas econômicas que pretenderam manter-se à tona em meio à crise. À introdução acelerada de instrumentos de automação (*hardwares & softwares* – robôs, CAD/CAM’s, controle informatizado de fluxos de estoque e produção etc. etc.), juntou-se a reengenharia (*orgwares* – kanban, kaizen, ccq’s, co-gestão etc. etc.) das estruturas de relação de trabalho internas nas firmas, incluindo os mais variados ramos e setores da economia, da administração pública à produção agrícola.

O novo cenário estancou a erosão massiva da população rural em direção às cidades, que marcara os trinta anos anteriores⁸. A falta de empregos nas grandes metrópoles ajudou a fixar, dramaticamente, um enorme contingente populacional rural, cuja qualidade de vida continuou se distanciando relativamente, paulatinamente, dos trabalhadores das cidades (Graziano da Silva: 1996). No lastro desta situação, o Movimento Sem-Terra cresceu a ponto de consolidar-se como a principal força política antiliberal no campo dos movimentos sociais.

Por fim, dois setores ampliaram sua participação no mercado de trabalho: os serviços (ainda que de forma modesta) e o trabalho informal, cujo nível de oferta de trabalho alcançou sua hiper-saturação em meados da década (Pochmann: 2001).

Construíram-se, assim, as condições econômicas, objetivas, da emergência da “economia solidária” no Brasil. A lista dos acontecimentos, ainda que grande, é intercomplementar: liberalização do câmbio e do comércio, privatização generalizadas, ampliação do IDE e do controle do capital oligopolista internacional, reestruturação produtiva, desindustrialização, desregulação do trabalho, ampliação drástica dos índices de desemprego, precarização das relações, queda dos níveis

⁸ IBGE. Censo 2000.

salariais, estancamento do êxodo rural com repercussões dramáticas sobre a população rural, saturação do mercado informal.

Do ponto de vista econômico, na ótica cotidiana dos trabalhadores, a economia solidária não é uma ideologia, mas uma “saída” possível, uma esperança de desafogo. Nesse caso, o senso comum parece carregado de uma lógica muito consistente, traduzida na fala de um dirigente de uma cooperativa por nós entrevistado em pesquisa recente:

“Veja bem, professor: tem um mundo de gente querendo comprar as coisas e sem ter dinheiro pra comprar. Essa gente é a mesma gente que quer trabalhar, mas que não tem emprego. E se essa gente produzisse uns pros outros? É isso que nos anima, por aqui.”⁹

É verdade que para além dessas condições objetivas, o acúmulo da mobilização social dos anos 90 não passa em branco nessa situação: o grosso dos mobilizadores da economia solidária, se olharmos de perto, saiu do movimento sindical e popular dos anos 80. São ativistas e ex-dirigentes desses movimentos, são militantes do MST, participantes das Comunidades Eclesiais de Base da Igreja Católica etc. Como sempre, porém, eles não inventaram a crise do mercado de trabalho, tanto quanto não haviam inventado a luta de classes. São atores importantes, mas não representam sozinhos ao cenário de que fazem parte.

A teoria econômica no céu, os agentes econômicos na terra

Mas a crítica recorrente aos estudiosos da economia solidária é: você acha realmente que esta coisa tão pequena vai levar a algum lugar?

Em primeiro lugar, é preciso lembrar (sempre!) que fenômenos econômicos e sociais não são raios caídos do céu, algo que vem de nenhum lugar tangível e que, se não atingir alguma coisa material em terra, não deixará nenhum rastro. Em outras

⁹ Rudinei Muller, coordenador da Unimetal, cooperativa metalúrgica de reparos e construção semi-artesanal de carrocerias de ônibus e caminhões, em Pelotas (RS). Entrevista realizada pela pesquisa “Levantamento, Conceituação e Tipologia de Iniciativas de Economia Solidária – um Estudo de Caso: a Metade Sul do RGS”, coordenada por nós e pela Prof^a Gabriela Silva, da Escola de Administração da Universidade Católica de Pelotas.

palavras: a economia solidária não surge do nada. Ainda que as condições que lhe fizeram emergir fossem suprimidas, as experiências realizadas – ainda por muito tempo – continuariam repercutindo sobre a memória coletiva dos trabalhadores.

Mas ousamos dizer, porém, que suas condições não serão suprimidas. Fundamentalmente porque fazem parte da lógica intrínseca do capitalismo, de seu amadurecimento atual.

O debate sobre a elevação contínua e estável das taxas de desemprego e o processo de precarização generalizada do trabalho no Brasil está longe de acabar.

Ainda que uma fração qualitativamente importante de nossos pesquisadores sustente o caráter essencialmente conjuntural desses fenômenos, responsabilizando a política governamental pelo estado de coisas, o quadro internacional não permite uma sustentação inequívoca a esse respeito. Aliás, o peso das contradições argumentativas aponta para uma indefinição ainda mais complexa.

De modo geral, nossos economistas de esquerda, ao mesmo tempo em que aceitam as teses históricas de Marx, agregam a elas elementos estruturais da teoria keynesiana, produzindo uma análise mediada pela incerteza do caráter da crise atual. Em outras palavras, ao mesmo tempo em que aceitam as tendências históricas previstas no *Capital* em torno da lei geral da acumulação capitalista – da concentração e centralização progressivas do capital – e aumento da concentração relativa da riqueza, e ao mesmo tempo em que denunciam o estreitamento progressivo das margens de ação do Estado nacional em relação ao capital oligopolista internacional, nossos intelectuais evitam a ousadia de uma caracterização diferenciada para a crise atual, preferindo as receitas de regulação do mercado a partir do Estado, construídas por Keynes para as condições de desenvolvimento do capitalismo da primeira metade do século XX.

“Tanto Keynes quanto Marx definem como a característica central e distintiva do capitalismo a possibilidade sempre presente ou crescentemente presente do dinheiro dobrar-se sobre si mesmo, na esperança de uma reprodução hermafrodita da riqueza abstrata. Esta metamorfose fantástica do capital está se realizando sob os nossos olhos, nos mercados financeiros contemporâneos. E não se trata de uma deformação, mas do aperfeiçoamento da sua substância, na

medida em que ele põe como suposto e resultado do processo de acumulação de riqueza, tendendo a realizar a abstração de suas próprias formas particulares. D-D' e D-M-D' é o processo em estado puro, adequado a seu conceito, livre da canga absurda da materialidade, elevando ao mais alto grau a sua natureza contraditória.” (Belluzzo: 1996).

“Assim, reduz-se a capacidade dos Estados nacionais de conduzir políticas macroeconômicas voltadas ao pleno emprego e políticas sociais capazes de favorecer a distribuição da renda. Entretanto, é sobre os Estados nacionais que se plasman os efeitos sociais perversos da concorrência desregulada.” (Mattoso: 1996, p. 33)

“No entanto, para enfrentar – mesmo que defensivamente – o quadro estrutural de desemprego, de desigualdade e de precarização das condições de trabalho, o Brasil precisaria priorizar a produção e o emprego, constituindo seu próprio projeto nacional de desenvolvimento. Isto implicaria, além da generalização daquelas políticas anteriormente apontadas e na mais intensa reação organizada da sociedade nacional, também o rompimento com as atuais políticas econômicas e sociais.” (idem, p. 49)

O Estado surge aqui, novamente, como o demiurgo do mercado de trabalho, capaz de ordenar o caos a partir da não-matéria, ou seja, de sua incapacidade objetiva de enfrentar o grande capital oligopolista sem reestruturar plenamente as relações políticas que vigoram na sociedade latino-americana. “Revolução sem revolução”, ou talvez, “revolução com o beneplácito de nossos gendarmes” seja o lema do programa econômico da oposição brasileira.

E onde entra a tímida e insustentável leveza da economia solidária nisso tudo?

Se for verdade que sem o empoderamento do Estado nacional não será possível qualquer mudança razoável (e razoável aqui quer dizer profunda) de nossas relações sociais, e se for verdade – como afirma acima Mattoso – que isto só se produz pela mais intensa reação organizada da sociedade nacional, e se for verdade que as condições estruturais da nossa economia constituem o principal obstáculo ao reagrupamento das forças políticas capazes de capitanear a mudança, cria-se aí uma espiral viciosa em que a incapacidade política dos atores é sempre e sempre reforçada pelo aprofundamento da lógica estrutural do capitalismo avançado.

Se isto tudo estiver certo, as tendências históricas da acumulação do capital previstas por Marx e confirmadas “diante de nossos olhos”, como nos diz Belluzzo, nos dias atuais, tudo indica que as condições objetivas e subjetivas de crescimento da economia solidária continuarão presentes por um longo tempo. E por um longo tempo as iniciativas terão de sobreviver nos interstícios da produção capitalista, deixados pelos oligopólios: os “furos da rede”, cuja superfície constitui a área principal da rede. Em outras palavras: a economia solidária continuará aparecendo e se firmando como uma espécie de “economia dos de baixo”, de “mercado alternativo-complementar” aos oligopólios. O que significará, por sua vez, um crescente enfrentamento entre esses trabalhadores e o grande capital.

A propósito: a que classe social pertenceria os trabalhadores das iniciativas de economia solidária, uma vez que se encontram afastados da relação de assalariamento? O quem sabe fosse melhor começar a situa-los onde eles realmente estão e são: uma classe de trabalhadores livres associados?

“O sucesso e o insucesso levam aqui simultaneamente à centralização dos capitais e, portanto, à expropriação na escala mais alta. A expropriação estende-se aqui dos produtores diretos até os próprios capitalistas pequenos e médios. Essa expropriação constitui o ponto de partida do modo de produção capitalista; sua realização é seu objetivo; trata-se em última instância de expropriar todos os indivíduos de seus meios de produção, os quais, com o desenvolvimento da produção social, deixam de ser meios da produção privada e produtos da produção privada e só podem ser meios de produção nas mãos dos produtores associados, por conseguinte, sua propriedade social, como já são seu produto social. Essa expropriação apresenta-se, porém, no interior do próprio sistema capitalista como figura antitética, como apropriação da propriedade social por poucos; e o crédito dá a esses poucos cada vez mais o caráter de aventureiros puros. (...) No sistema de ações existe já antítese à antiga forma, em que meios sociais de produção surgem como propriedade individual; mas a transformação na forma da ação permanece ainda presa às barreiras capitalistas e portanto, em vez de superar a antítese entre o caráter social da riqueza e a riqueza privada, só a desenvolve numa nova configuração.

As fábricas cooperativas dos próprios trabalhadores são, dentro da antiga forma, a primeira ruptura da forma antiga, embora naturalmente, em sua organização real, por toda parte reproduzam e tenham de reproduzir todos os defeitos do sistema existente. Mas a antítese entre capital e trabalho dentro das mesmas está abolida [*Aufhebung*, ver nota p. anterior], ainda que inicialmente apenas na forma em que os trabalhadores, como

associação, sejam seus próprios capitalistas, isto é, apliquem os meios de produção para valorizar seu próprio trabalho. Elas demonstram como, em certo nível de desenvolvimento das forças produtivas materiais e de suas correspondentes formas sociais de produção se desenvolve e forma naturalmente um modo de produção, um novo modo de produção..” (Marx: 1986, Vol. IV, p. 334).

O que é muitas vezes estranho na academia, é a capacidade dos intelectuais levarem a crítica apenas até a porta de entrada da política. Param, então, diante do portal, à espreita da possibilidade de repetirem erros já produzidos, incertos de que suas certezas possam apontar um caminho.

Como no filme, em que está escrito sobre o pórtico do cemitério: “Nós que aqui estamos, por vós esperamos.” É o que nos dizem milhões de pessoas nos dias de hoje.

Bibliografia

BARBOSA DE OLIVEIRA, Carlos Alonso (1985). **O Processo de Industrialização – do Capitalismo Originário ao Atrasado**. Tese de Doutorado, fotocopiada, CEDOC IE/Unicamp.

BELLUZZO, Luiz Gonzaga (1996). *Prefácio* In MATTOSO, J. E. e OLIVEIRA, C.A (orgs.). **Crise e Trabalho no Brasil – Modernidade ou Volta ao Passado?** SP: Scritta.

CARNEIRO, Ricardo (2000). **Reformas liberais, estabilidade e estagnação. (A economia brasileira na década de 90)**. Tese de livre docência, fotocopiada, CEDOC IE/Unicamp.

CRUZ, Antônio (2000). **A Janela Estilhaçada – a Crise do Discurso do Novo Sindicalismo**. Petrópolis: Vozes.

FERREIRA, Elenar (2000). A cooperação no MST: da luta pela terra à gestão coletiva dos meios de produção In SINGER, P. e SOUZA, A. R. **A Economia Solidária no Brasil**. SP: Contexto.

GRAZIANO DA SILVA, José (1996). *O Novo Rural Brasileiro*. Comunicação ao 24º Encontro Nacional da ANPEC. Campinas: fotocopiado.

GUIMARÃES, Gonçalo (2000). Subvertendo e construindo o imprevisível In GUIMARÃES, G. (org.). **Sindicalismo & Cooperativismo – A Economia Solidária em Debate**. SP: Unitrabalho.

MARX, Karl (1986). **O Capital**. SP: Nova Cultural.

MATTOSO, Jorge Eduardo (1995). **A Desordem do Trabalho**. SP: Scritta.

----- (1996). **O Brasil Desempregado**. SP: Fundação Perseu Abramo.

----- (1996). *Trabalho e Concorrência Desregulada* In MATTOSO, J. E. e OLIVEIRA, C.A (orgs.). **Crise e Trabalho no Brasil – Modernidade ou Volta ao Passado?** SP: Scritta.

OFFE, Claus (1984). **Capitalismo Desorganizado**. SP: Brasiliense.

POCHMANN, Márcio (2001). **O Emprego na Globalização**. SP: Boitempo.

SINGER, Paul e SOUZA, Ricardo André (2001). **A Economia Solidária no Brasil**. SP: Contexto.